

PROFESSORES E POLÍTICOS EM NOME DA PAZ: INTERESSES INTERNACIONAIS POR UMA HISTÓRIA ENSINADA

Juçara Luzia Leite¹

O Convênio entre Brasil e Argentina

Em 1932, Stefan Zweig, escritor austríaco pacifista, falava da necessidade de uma “desintoxicação moral da Europa”, alertando para o papel da Educação das novas gerações, às quais seria preciso proporcionar um ensino de História que possibilitasse o confronto de diferentes civilizações apresentadas, destacando suas contribuições para uma História comum, uma “pátria comum ao coração”². Em 1936, Zweig visitou o Brasil pela primeira vez, trazido por seu editor Abrahão Koogan (Editora Guanabara). De acordo com Stooss-Herbertz³, Zweig era um dos autores estrangeiros mais lido no país. Em 1940 publicou “Brasil, país do futuro”, cujo prefácio foi escrito por Afrânio Peixoto e, no mesmo ano, recebeu o visto de permanência no Brasil mudando-se em pleno Estado Novo, fugindo da guerra na Europa. Entretanto, o país do futuro do pacifista Zweig era palco de uma ditadura de modelo fascista.

A guerra na Europa fora precedida de inflamado debate intelectual a respeito do uso moral da História ensinada. O ensino de História tornara-se tema da agenda das relações internacionais à medida que as nações se preocupavam com a forma em que estavam sendo representadas pela História escolar. Inserido nos debates internacionais, o Brasil também se articulava na promoção de um ensino de História condizente com as discussões de então. Foi nesse contexto que nasceu o “Convênio entre o Brasil e a República Argentina para a Revisão dos Textos de Ensino de História e Geographia”.

O “Convênio entre o Brasil e a República Argentina para a Revisão dos Textos de Ensino de História e Geographia” foi assinado em 1933, por ocasião de visita ao Brasil do Presidente argentino, General Agustín P. Justo, como consequência dos votos emitidos, em 1928, durante o X Congresso de História Nacional realizado em Montevideu. Na ocasião, foram nomeados plenipotenciários por seus respectivos chefes de governo, Afrânio de Mello Franco (Ministro de Estado Brasileiro das Relações Exteriores e ex-embaixador brasileiro na Liga das Nações) e Carlos

¹ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora Associada da Universidade Federal do Espírito Santo. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Uma versão preliminar deste trabalho, com parte da pesquisa aqui apresentada foi aceita para apresentação no VIII Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, a realizar-se em agosto de 2010, na cidade de São Luís – MA. E-Mail: <juju@npd.ufes.br>.

² GIUNTELLA, Maria Cristina. *Cooperazione intellettuale e educazione alla pace nell'Europa della Società delle Nazioni*. Pádua (Itália): CEDAM, 2001.

³ STOOSS-HERBERTZ, Adelaide. Os leitores e as leituras das obras de Stefan Zweig no Brasil. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, v. 4, n. 2, jun. 2007, p. 1-17. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/vol11Adelaide.php>>. Acesso em: 22 abr. 2010.

Saavedra Lamas (Ministro Argentino das Relações Exteriores e Culto, posteriormente, em 1936, presidiu a Assembléia da Liga das Nações, ano em que recebeu o Nobel da Paz). Tornou-se Decreto em 1934, e Documento do Ministério das Relações Exteriores em 1936, após deliberações da Comissão Brasileira Revisora dos Textos de Ensino de História e Geografia⁴.

Desde o Congresso em Montevidéu até a assinatura do Convênio, ocorriam no continente alguns embates por fronteiras, incluindo a questão Santana do Livramento – Rivera e os esforços do governo brasileiro para a estatização daquele território⁵. Somados à disposição internacional para a revisão de livros didáticos protagonizada especialmente pela Liga das Nações, os debates sobre conflitos e disputas territoriais sul americanas marcaram o momento onde os governos de Brasil e Argentina perceberam, dentre outras necessidades, a importância de juntar esforços para a educação de gerações futuras em nome da paz. O eixo desses debates, protagonizados por intelectuais, políticos e professores, era a preocupação sobre os usos públicos da História.

No início do século XX, principalmente – mas não somente - após a 1ª Guerra Mundial, historiadores e educadores passaram a se perguntar sobre a influência que o ensino de História poderia ter nas afinidades e hostilidades entre povos e nações, para além da sua já considerada função cívica. Os chamados “abusos” da História – refletidos em seu ensino para a infância e para a juventude – passaram a ser tema de debates na Europa (especialmente França, Alemanha e Espanha) e nos EUA (the Carnegie Endowment for International Peace), alcançando diversas organizações internacionais (leigas e religiosas), incluindo desde sindicatos de professores até a Liga das Nações (em sua Comissão Internacional de Cooperação Intelectual – CICI). A revisão dos programas escolares e de livros didáticos esteve no centro dessa discussão.

Considerando o contexto europeu e o sul americano, não surpreende o disposto nos quatro artigos do Convênio:

Artigo I – O Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Argentina farão proceder a uma revisão dos textos adotados para o ensino da história nacional em seus respectivos países, expurgando-os daqueles tópicos que sirvam para excitar no ânimo desprevenido da juventude a adversão a qualquer povo americano.

A dimensão fraternal entre as nações seria, dessa forma, o principal objetivo deste Convênio, e a História, em consonância com a compreensão do contexto, era

⁴ A cópia oficial do Decreto nº 24.395, de 13 de junho de 1934, que “Promulga o Convênio entre o Brasil e a República Argentina para a revisão dos textos de ensino de História e Geografia, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1933” está disponível em <http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_28_563.htm>. Para efeitos de nossa investigação, estamos utilizando o Documento do Ministério das Relações Exteriores Brasileiro, publicado em 1936 pela Imprensa Nacional, e intitulado “Convênio entre o Brasil e a República Argentina para a revisão dos textos de ensino de História e Geographia”, exemplar disponível no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro.

⁵ Sobre este tema, ver: RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. Fronteira Brasil – Uruguai: entre o nacional e o regional (1928 – 1938). In: I Jornada de História Comparada. Anais. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul, 2000. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s2a2.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2010.

ferramenta fundamental para a construção do futuro.

Artigo II – O Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Argentina farão rever periodicamente os textos adotados para o ensino da geografia, pondo-os de acordo com as modernas estatísticas e procurando estabelecer neles uma noção aproximada da riqueza e da capacidade de produção dos Estados americanos.

Dessa forma, as representações de futuro construídas a partir daquele dado presente pressupunham tratar das riquezas daquelas nações e suas respectivas capacidades de produção. A dimensão do progresso econômico e industrial deveria ser, assim, destacada.

Artigo III – O presente Convênio será ratificado dentro do mais breve possível e suas ratificações se trocarão em Buenos Aires, continuando ele em vigor indefinidamente até ser denunciado pro uma das Partes contratantes, com seis meses de antecipação.

Havia, dessa forma, a previsão da criação de dispositivos para a efetivação do Convênio, o que ocorreria através da designação de uma Comissão e suas tarefas.

Artigo IV – Qualquer Estado americano que o desejar poderá aderir a este Convênio, anunciando esse propósito ao Ministro das Relações Exteriores da República dos Estados Unidos do Brasil. Cada adesão só se fará efetiva depois de com ela se mostrarem de acordo dos Governos da República Argentina e dos outros /estados que, na ocasião, sejam parte neste Convênio.

Estava expressa a intenção de ampliar os objetivos do Convênio considerando a aspiração pan-americana, submetendo, entretanto, ao parecer do Brasil e da Argentina⁶.

A partir de tais disposições, foi constituída uma Comissão Brasileira Revisora dos Textos de Ensino de História e Geografia formada por: Affonso de E. Taunay (historiador, na época diretor do Museu do Ipiranga e professor da USP), Jonathas Serrano (professor de História do Colégio Pedro II e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), Raja Gabaglia (professor de matemática do Colégio Pedro II e membro da Academia Brasileira de Ciências), Souza Docca (militar gaúcho, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), Othelo Rosa (jornalista gaúcho, subprocurador do estado do Rio Grande do Sul, secretário particular do governador Borges de Aguiar e primeiro secretário estadual de educação), Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (professor da Faculdade Nacional de Direito e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), Fonseca Hermes, e Renato Mendonça

⁶ Ao final da segunda Guerra, a proposta de *Revisão* já incluía intercâmbios e intelectuais com a Bolívia, o Chile, o Peru, a Colômbia, o Paraguai, o Uruguai e a República Dominicana. Cf. SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. A história que ensina e constrói: reflexões sobre intercâmbios culturais e intelectuais e escrita da história. In: XIII Encontro de História da ANPUH-Rio. *Anais Eletrônicos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, p. 6. Disponível em: <[http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1210075482_ARQUIVO_Resumoextendido\(Anpuh2008\).pdf](http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1210075482_ARQUIVO_Resumoextendido(Anpuh2008).pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2010.

(gramático, autor de *A Influência Africana no Português do Brasil*).

Com o objetivo de realizar o intento para o qual fora criada, e especificamente em relação aos livros didáticos de História, a Comissão Brasileira determinou normas constituídas pelos seguintes critérios de análise e revisão:

- a) Generalidade – definido como proporção conveniente entre as diferentes seções nas quais a História é dividida, com o objetivo de produzir visão imparcial dos fatos, de modo a “*interessar a juventude na avaliação de todos os aspectos do passado nacional*”. Esse critério tomava por base uma visão de História neutra e equilibrada.
- b) Cordialidade – recomendação explícita contra “*comentários deprimentes de referência a povos estrangeiros*”. Neste ponto, fica clara a preocupação em não alimentar representações negativas que incitem rancores de qualquer espécie.
- c) Solidariedade – orientação para o desenvolvimento de capítulos que contemplem as relações de paz e comércio entre o Brasil e demais nações, “*notadamente americanas, dando o devido sentido histórico à solidariedade entre os povos*”. Este critério deixa implícita a preocupação com as relações econômicas entre os países, a solidariedade é, nesse sentido, econômica e comercial.
- d) Idealismo – instrução para que os livros didáticos de História destaquem a política exterior brasileira como idealista e possuidora de coerentes “*sentimentos de conciliação e cordialidade*”. Destaque para a intenção brasileira em construir, junto aos países americanos, uma imagem de líder nas relações exteriores e digno de representar o continente nos espaços das relações internacionais.
- e) Americanidade – dá atenção ao necessário destaque das relações inter-americanas, com ênfase em “*atitudes, iniciativas e fatos, que formam a consciência americanista da nossa civilização e constituem uma segurança dos destinos pacíficos do novo mundo*”. Este critério destaca a preocupação na construção de uma dada identidade e pertencimento.
- f) Veracidade – critério que parte do pressuposto da existência de uma veracidade histórica e determina que “*as suas sínteses excluirão sistematicamente dos temas controversos comentários e divagações, limitando-se à indicação dos fatos*”. Especificamente em relação aos assuntos internacionais, recomenda que se evitem as “*qualificações ofensivas e os conceitos que atinjam a dignidade dos Estados e os seus melindres nacionais*”.

Curiosamente, em relação aos compêndios de Geografia, a Comissão definiu uma única recomendação e critério de análise: “Os compêndios de geografia deverão conter as estatísticas oficiais mais modernas e sempre estabelecer uma noção aproximada da riqueza e capacidade de produção dos Estados estrangeiros”. Tal critério não se distanciava daqueles determinados para os livros de História (mais específicos e cautelosos), mas enfatizava a preocupação com as riquezas territoriais.

Em pesquisa realizada em 1956, Guy de Hollanda⁷ atentou para a importância do Convênio no contexto das revisões internacionais dos manuais escolares, destacando o pensamento generalizado de que a difusão de estereótipos étnicos e nacionais era um fator de incompreensão entre os povos. No capítulo intitulado “A Pesquisa de estereótipos e valores nos compêndios de História destinados ao curso secundário brasileiro”, Hollanda recapitula as políticas sobre os livros didáticos adotadas desde a década de 1930, bem como os convênios e acordos firmados pelo Ministério da Educação sobre os ideais religiosos, históricos e geográficos a serem apresentados nos manuais didáticos. Destacando a responsabilidade do historiador nesse sentido, em sua obra, o autor afirmou que: “o que compete ao historiador é procurar compreender o mais possível o sistema de valores vigente na sociedade e na época que estuda, evitando deformar a reconstituição de ambas pela projeção daquele ao qual adere, explícita ou implicitamente”⁸.

Considerando a preocupação com os usos da História ensinada, é relevante notar que o Convênio tenha ganhado normas e critérios durante o governo Vargas, que adotara, como uma das estratégias de poder, a regulação do ensino de História e da Língua Portuguesa, e a criação do Ministério da Educação e Saúde. Como expressão da consolidação de tal estratégia, em 30 de dezembro de 1938, ficaram estabelecidas, pelo Decreto-lei nº 1.006, as condições de “produção, importação e utilização do livro didático”. Foi, assim, criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), vinculada ao Ministério de Educação e Saúde, cuja principal função seria examinar e autorizar o uso dos livros didáticos que deveriam ser adotados no ensino das escolas (públicas e privadas) pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias de toda a República.

A guerra na Europa já era, então, uma realidade. A preocupação do governo brasileiro em controlar o conteúdo veiculado nos livros didáticos já não se restringia aos livros de História, Geografia e leitura. O controle do impresso que circulava nas escolas brasileiras era parte de uma estratégia maior que tomava a educação escolar como investida política em meio ao embate por representações.

A guerra por uma correta História ensinada

A preocupação com os usos públicos da História e suas consequências para o acirramento de rancores entre os povos, contudo, fortalecera-se antes da Segunda Guerra, entre os anos de 1914 e 1918, período em que se produziu o que alguns historiadores chamam de “mobilização dos espíritos”, isto é, uma espécie de *desarmamento moral* das novas gerações. A educação passara, assim, a fazer parte da agenda de associações pacifistas que denunciavam como a propaganda bélica se havia servido da história como instrumento de fomento de ódios antigos e novos. Sobretudo no caso europeu, os programas escolares (e os livros didáticos) passaram a privilegiar uma história mais contemporânea, visando eliminar aspectos que poderiam alimentar comportamentos excessivamente nacionalistas. Relatos de ex-combatentes, por exemplo, foram utilizados para ilustrar os males da guerra⁹. O

⁷ HOLLANDA, Guy de. *Programas e compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro: 1931-1956*. Rio de Janeiro: INEP/ MEC, 1957, p. 199-212.

⁸ HOLLANDA, *Programas e compêndios...*, p. 5.

⁹ GIUNTELLA, Maria Cristina. *Enseignement de l'histoire et revision des manuels scolaires dans*

ensino de História e de Geografia estava no centro dessa questão: não apenas os abusos da guerra estavam sendo questionados, mas a própria noção de paz.

Para Maria Cristina Giuntella os primeiros a darem uma atenção especial, nesse sentido, ao ensino de História e Geografia foram os próprios professores que, no caso francês, haviam desenvolvido uma orientação pacifista nos sindicatos. Segundo a pesquisadora italiana, “[...] graças ao trabalho do Sindicato Nacional dos Professores que, no pós-guerra, 26 manuais escolares foram boicotados e em consequência retirados do comércio; um trabalho de trocas com os professores alemães começou, então, e se seguiu de 1926 a 1936”¹⁰.

A década de 1920 foi marcada por uma discussão ampla, abarcando educadores de tendências opostas, incluindo a presença cada vez maior dos EUA. De acordo com a UNESCO (1950), algumas organizações internacionais não governamentais se incumbiram de protagonizar pesquisas sobre manuais escolares de diferentes países, considerando especialmente os contextos francês, alemão e espanhol¹¹. Em 1921, por exemplo, a Carnegie Endowment for International Peace realizou uma pesquisa sobre as causas da Primeira Guerra e sobre as imagens que os países veiculavam de si e dos outros nos livros didáticos, focando especificamente o caso dos EUA¹².

Aos poucos, no cenário internacional do pós-primeira guerra, aos objetivos cívicos do ensino de História, somavam-se os objetivos morais. No período de 1908 a 1934, foi realizada uma série de Congressos Internacionais de Educação Moral. Durante o 3º Congresso (Genebra, agosto de 1922), por exemplo, o ensino de História foi amplamente debatido sob uma perspectiva internacionalista, tendo sido denunciada por muitos congressistas a tendência militarista dada ao ensino de História. Anos depois, durante o 5º Congresso (Paris, setembro de 1930), foi expresso que o ensino de História deveria se tornar cada vez mais voltado para uma concepção de ensino de acordo com um “espírito internacional”¹³.

Jean-Louis Claparède, nesse mesmo Congresso, propôs alguns critérios que deveriam ser adotados para a avaliação de livros didáticos: “[...] imparcialidade, objetividade nos julgamentos, exclusão de todo espírito de hostilidade ou vingança, o respeito a uma nação, a justa noção da guerra como um evento bárbaro e destruidor, destaque para o desenvolvimento internacional, eliminação de toda forma de

l'entre-deux-guerres. In: BAQUÈS, M-C; BRUTER, A.; TUTIAUX-GUILON, N. (orgs). *Pistes didactiques et chemins d'historiens: textes offerts à Henri Moniot*. Paris: L'Harmattan, 2003, p. 161-190.

¹⁰ GIUNTELLA, Enseignement de l'histoire..., p. 162. Tradução nossa.

¹¹ Esse trabalho de revisão da trajetória histórica da adequação dos livros didáticos “para a paz”, protagonizado pela Unesco, gerou, em 1952, o documento “Étude sur les manuels scolaires d'histoire et de géographie”. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001261/126100fb.pdf>>.

¹² Para uma análise mais detalhada dos debates internacionais, ver: LEITE, Juçara L. Pensando a paz entre as guerras: o lugar do ensino de História nas relações exteriores. *Antíteses*, Londrina, v. 3, n. 6, jul./dez. 2010, p. 677-699. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/7925>>.

¹³ CICCHINI, Marco. Un bouillon de culture pour les sciences de l'éducation? Le Congrès international d'éducation morale (1908-1934). *Paedagogica Historica*. Genève, v. 40, n. 5/6, out. 2004, p. 633-656.

chauvinismo”¹⁴. Na ocasião, a então recentemente criada Federação Internacional de Associações de Professores (1926), já tomara como principal atividade a revisão dos livros didáticos considerando o papel da escola no processo de “reconciliação dos povos”. Essa preocupação decorria das expressões do Bureau International de la Paix que, durante os Congressos de Berlim (1924) e Atenas (1929), propôs que uma revisão cuidadosa dos livros didáticos fosse realizada seguindo um espírito pacifista¹⁵.

Ao longo desses debates, o papel da CICI (Commission Internationale de Coopération Intellectuelle) se destacou na Liga das Nações. Ainda que o objetivo da CICI não tenha sido eminentemente educacional, ocupou-se de questões da Educação, sobretudo interessando-se na análise dos livros didáticos. De acordo com Jean-Jacques Renoliet (1999), embora o “Pacto da Liga das Nações” não expusesse nenhuma cláusula relativa à cooperação intelectual, seu Conselho adotou em 1921 (apesar da hesitação inglesa) uma proposta francesa que respondia às demandas de diferentes associações internacionais favoráveis à extensão do papel da Liga a favor da consolidação da paz mundial.

Oficialmente criada em janeiro de 1922, a CICI constituiu o primeiro passo da Organisation de Coopération Intellectuelle (OCI), uma das organizações técnicas da Liga das Nações. A OCI compreendia também as Commissions Nationales de Coopération Intellectuelle (1923), o Institut International de Coopération Intellectuelle – IICI – (1925), o Institut International du Cinématographe Éducatif – IICE – (1928), além de diferentes organismos especializados e comitês de especialistas. Segundo a análise de Renoliet (1999), o IICI (proposto pela França em 1924) também exercia o papel de fomentador da influência cultural e política francesa. Destaca-se o fato de que, no período compreendido entre 1926 e 1939, todos os diretores do IICI foram franceses, e ainda que o estatuto do IICI garantia-lhe autonomia em relação à Liga das Nações e ao governo francês, permitindo-lhe relações diplomáticas com as diferentes Nações que lá possuíam delegados.

Em 1926, a Liga das Nações adotou a “Resolução Casarés” como procedimento para a revisão dos livros didáticos, proposta, em 1924, pelo espanhol de mesmo nome. A Resolução determinava que:

[...] cada uma das Comissões Nacionais de Cooperação Intelectual que destacasse em um livro didático estrangeiro uma passagem possível de crítica, poderia submeter ao exame da Comissão do país concernente afim de que ela o corrigisse; é a ela, com efeito, que incumbia a responsabilidade de tomar decisões oportunas. No caso de não haver resposta, o país que havia solicitado as correções poderia recorrer à CICI; a Comissão nacional à qual o país havia se endereçado não era obrigada de expor publicamente as razões pelas quais não havia aplicado a resolução. Dentre as correções a serem feitas, excluía-se as opiniões de caráter religioso, moral, político ou pessoal. ¹⁶

¹⁴ GIUNTELLA, Enseignement de l’histoire..., p. 164.

¹⁵ GIUNTELLA, Enseignement de l’histoire..., p. 165.

¹⁶ GIUNTELLA, Enseignement de l’histoire..., p. 166. Tradução nossa.

A “Resolução Casarés” foi adotada apenas três vezes, entre 1926 e 1930, e dela decorreu apenas uma vez a alteração de um livro didático¹⁷. Por esta razão, a Resolução sofreu uma ementa em 1932:

[...] as Comissões Nacionais deveriam obrigatoriamente responder às objeções levantadas a propósito de seus livros didáticos. De qualquer forma, tratavam-se de iniciativas oficiosas em razão do caráter não governamental das Comissões Nacionais. ¹⁸

De qualquer forma, a CICI continuou a demonstrar sua preocupação com a questão. A partir de 1930, o IICI foi encarregado de conduzir uma pesquisa sobre os livros didáticos de História que se referia, no que diz respeito ao ensino de História, tanto sobre as ações dos países e organizações internacionais quanto às regras adotadas pelas diferentes nações para a escolha dos livros didáticos. De acordo com Giuntella¹⁹, essa pesquisa foi publicada pela Liga das Nações, em 1932, com o título “A revisão dos manuais escolares”. Disso resultou a inclusão, em 1932, de uma rubrica consagrada especificamente para a revisão dos livros didáticos de História no Boletim da Cooperação Internacional do IICI²⁰.

A Organisation de Coopération Intellectuelle procurou, através do IICI, facilitar a colaboração de intelectuais no serviço de promoção da paz mundial dentro dos objetivos da Liga das Nações. De fato, o trabalho essencial do IICI consistia mesmo em pesquisas que algumas vezes resultaram em ações promovidas por associações privadas ou não, nos diferentes campos da ação intelectual, tais como, como destaca Renoliet²¹: o desarmamento moral através do ensino dos princípios da Liga das Nações, da revisão de livros didáticos, e do uso pacífico do cinema e do rádio; uma sistematização do ensino através da equivalência de diplomas, intercâmbio de professores e estudantes, e criação de centros de documentação pedagógica; coordenações em diferentes campos científicos; tradução de obras literárias; conservação e proteção internacional de obras de arte, colaboração entre bibliotecas e arquivos; e a defesa dos direitos intelectuais.

Além da CICI, também o Bureau International d'Éducation (BIE) – do Instituto Jean-Jacques Rousseau, de Genebra –, fundado em 1925, destacou-se na tarefa de revisão dos livros didáticos de História e reuniu uma série de projetos elaborados em nível internacional entre o final do século XIX e o início do século XX. De acordo com Giuntella²², seu objetivo era centralizar e coordenar a documentação educativa e de obras destinadas à formação dos professores. Ainda que tenha sido criada como organização não governamental, tornou-se intergovernamental após uma reforma em seu estatuto ocorrida em 1929. Ainda que se definisse oficialmente como um organismo neutro, o BIE foi extremamente ativo, no período entre guerras, no que diz respeito a uma educação para a paz. Seu primeiro diretor foi Pierre

¹⁷ RENOLIET, Jean-Jacques. *L'UNESCO oubliée, la Société des Nations et la coopération intellectuelle* (1919-1946). Paris: Publications de la Sorbonne, 1999.

¹⁸ GIUNTELLA, Enseignement de l'histoire..., p. 166. Tradução nossa.

¹⁹ GIUNTELLA, Enseignement de l'histoire..., p. 166. Tradução nossa.

²⁰ RENOLIET, *L'UNESCO oubliée...*

²¹ RENOLIET, *L'UNESCO oubliée...*

²² GIUNTELLA, Enseignement de l'histoire...

Bovet, que foi seguido por Jean Piaget²³. Em 1938, o BIE publicou, sob o título de “Élaboration, utilization et choix des manuels scolaires – d’après les données fournies par les Ministères de l’Instruction publique”, o resultado de pesquisa realizada junto a diferentes Ministérios da Educação sobre a interferência do Estado na escolha de livros didáticos de História e sobre a existência de instituições governamentais específicas para a produção dos livros.

Giuntella atenta ainda para a importância, no que diz respeito ao campo do ensino de História, da atuação de organizações religiosas:

[...] mais especificamente a Conférence du Christianisme, prática que constituiu, desde o encontro em Stocolmo em 1925, uma comissão especial para a educação e ensino de história; essa comissão realizou uma pesquisa sobre o nacionalismo nos livros de história, publicada em 1928. Essa pesquisa, muito vasta, foi conduzida por especialistas de diferentes países que efetuaram um trabalho crítico bastante detalhado sobre os manuais tradicionais bem como sobre as revisões conduzidas após a guerra. O trabalho realizado por Jules Prudhomme se revelou particularmente interessante: reconstituiu a gênese e as diferentes fases do boicote a 26 obras julgadas belicistas pelo Sindicato Nacional dos Professores e publicou a lista. A Itália foi a única a publicar os extratos das relações da Comissão Nacional para os manuais escolares, sem o menor comentário. Esta pesquisa representou sem dúvida alguma uma das mais abertas e das mais críticas da época. ²⁴

A pesquisadora italiana destaca também as iniciativas da “Ligue Internationale des Femmes pour la Paix et la Liberté” (LIFPL), constituída em 1919, em Zurique. Desde sua criação, a LIFPL formou uma comissão para a educação e propôs a criação de uma escola normal superior de educação para a paz, de encontros periódicos entre professores e estudantes de países diferentes, a fundação de uma conferência internacional permanente sobre educação e a revisão de livros didáticos de História e de literatura infantil. A LIFPL publicou também, em 1921, editada por Eileen Power, uma bibliografia destinada aos professores de História intitulada “A Bibliography for School Teachers of History”²⁵.

Uma História para uso no futuro

A constatação de que a propaganda política também se servia da História, e de que guerras se alimentavam de noções de paz parecia inevitável. Educar as gerações futuras para um mundo de paz era o objetivo central dos debates acerca da História e seu ensino entres intelectuais, políticos e professores de todo o mundo ocidental. Contudo, de qual futuro se falava? Acordos, Congressos, Comissões, Conferências, Convênios, Decretos... Ferramentas internacionais imperfeitas. Poderia um correto ensino de História prevenir abusos, violências e genocídios?

²³ Em 1969, o BIE passou a fazer parte da UNESCO, apesar de continuar com sede própria em Genebra. Ver: <<http://www.unesco.org/new/fr/unesco/about-us>>; <<http://www.ibe.unesco.org/index.php?id=1&L=1>> e <<http://www.delegfrance-onu-geneve.org/spip.php?article380>>.

²⁴ GIUNTELLA, Enseignement de l’histoire..., p. 169. Tradução nossa.

²⁵ GIUNTELLA, *Cooperazione intelletuale...*

De acordo com Joel Hubrecht e Assumpta Mugiraneza, é em uma perspectiva de reflexão acerca da noção de *prevenção* que convém reexaminar as polêmicas e debates do período entre guerras em torno do ensino de História. É preciso considerar ainda e, sobretudo, os acordos internacionais que se seguiram à Segunda Guerra: Convenção para a Prevenção de Genocídios (1948), Convenção pela Imprescritibilidade dos Crimes contra a Humanidade (1968), Protocolos de Genebra (1977), e Estatuto de Roma (1998). Com base nessa afirmativa, os autores alertam:

A prevenção de genocídios repousa sobre dois pilares indissociáveis: a elaboração e realização de programas políticos na escala dos Estados, de uma parte, e o engajamento dos indivíduos de outra parte. A categorização dos níveis de responsabilidade de Jaspers [...] se revela, uma vez mais, dentre as mais pertinentes. Apoiando-nos sobre ela, podemos afirmar que a prevenção de genocídios se implanta também nos quatro campos identificados por este autor: aquele do direito, da política, da moral e o espiritual (no sentido religioso mas igualmente no sentido da ultrapassagem do homem em outros e da ‘solidariedade metafísica’ evocada por Camus. ²⁶

Concordamos com os autores e, portanto, nesse sentido, destacamos a importância de nossa investigação. Discutir os usos públicos da História, em especial as relações de poder que sustentam os processos de didatização da História e sua relação com os Direitos Humanos se faz mister. Para tanto, é de significativa importância refletir sobre os registros, as formas e as práticas que possibilitam as leituras do passado, considerando as percepções, memórias, sensibilidades e leituras compartilhadas de um passado implicadas na análise das relações de poder inerentes a esses processos – necessariamente políticos.

Richard Aldrich enfatiza a importância atual de se refletir historicamente sobre o que ele denomina “Educação para a sobrevivência”, diferenciada das concepções de “educação para a salvação”, “educação para o estado”, e “educação para o progresso”²⁷. Para o autor, a História da Educação precisa se reposicionar no contexto da historiografia atual, ao lado de outros ramos da História, com o objetivo de imprimir um rumo futuro para a Educação.

Por outro lado, Giuntella recorda que uma reflexão histórica deve considerar que, com o final da Primeira Guerra, tinha-se a ilusão de que a paz era uma aspiração comum. Acreditava-se que o ano de 1919 assistira o triunfo da democracia enquanto que, na verdade, a Europa estava fragmentada e dividida em divergências morais²⁸.

Em um mundo que, pouco a pouco, mergulhava em outra guerra, intelectuais, políticos e professores ainda acreditavam que o ensino de História poderia contribuir para a paz. Em países que haviam adquirido recentemente sua independência, o

²⁶ HUBRECHT, Joel & MUGIRANEZA, Assumpta. *Enseigner l’histoire et la prévention des génocides: peut-on prévenir les crimes contre l’humanité?* Paris: Hachette, 2009, p. 127. Tradução nossa.

²⁷ ALDRICH, Richard. Education for survival: a historical perspective. *History of Education – Journal of the History of Education Society*, Londres, v. 39, n. 1, jan. 2010, p. 1-14.

²⁸ GIUNTELLA, Enseignement de l’histoire...

ensino de História era instrumento de identidade nacional. E o que dizer dos países totalitários, onde os livros didáticos continuavam como propaganda do regime?

Tais preocupações também faziam parte do contexto brasileiro por ocasião da assinatura do “Convênio entre o Brasil e a República Argentina para a Revisão dos Textos de Ensino de História e Geographia”. E é, tomando como base a análise aqui apresentada, que vislumbramos a importância de fontes relacionadas às relações internacionais para investigações da História da Educação e, particularmente, para o campo da História do Ensino de História. Assim, destacamos a necessária articulação entre reflexões e debates anteriores a nossa baliza cronológica, com a análise da produção, distribuição, consumo e resignificação do saber histórico nas sociedades, privilegiando as questões sobre os Direitos Humanos e os embates, conflitos e consensos que as cercam.

Para as pesquisas em História da Educação, compreender de que forma intelectuais, políticos e professores participaram de acordos normativos para o ensino de História no Brasil da primeira metade do século XX é uma forma de destacar a importância de uma sensibilidade historiográfica que compreende, de forma dinâmica, as práticas e relações de poder expressas nos usos públicos da História.



RESUMO

Em 1933, os governos do Brasil e da Argentina assinaram o “Convênio entre o Brasil e a República Argentina para a Revisão dos Textos de Ensino de História e Geographia”. O documento resultou da repercussão de disposição internacional para a revisão de livros didáticos de História protagonizada, por exemplo, pela Liga das Nações. A partir de tais disposições, foi constituída uma Comissão Brasileira Revisora dos Textos de Ensino de História e Geografia. O presente trabalho analisa esse Convênio e investiga o contexto de sua criação e a execução considerando os esforços internacionais em torno da possibilidade de uma educação de gerações futuras em nome da paz.

Palavras Chave: História da História Ensinada; Livros Didáticos; Educação para a Paz.

ABSTRACT

The Brazilian's and Argentine's governments, in 1933, signed the “Convênio entre o Brasil e a República Argentina para a Revisão dos Textos de Ensino de História e Geographia” (Pact between Brazil and Argentina to revision textbooks of History and Geography). The document was resulted from the repercussion of an international inclination to review history's textbooks starring, for instance, by the League of Nations. Based on these dispositions, was built an “Comissão Brasileira Revisora dos Textos de Ensino de História e Geografia” (Reviewed Brazilian Commission of History's and Geography's Textbooks). This paper analyzes this “Agreement” and quest its creation and execution context by considering the internationals endeavors towards possibilities of an educations of futures generations in the name of peace.

Keywords: History of history teaching; Textbooks; Education for Peace.